ENTREVISTA: JOÃO RICARDO DE CASTRO E CALDEIRA

Estado se distingue no país por caráter cosmopolita

A sociedade paulista tem uma condição singular no Brasil por seu caráter cosmopolita, sendo um dos principais núcleos de integração do país à fase moderna do capitalismo, na opinião de João Ricardo de Castro e Caldeira, doutor em História pela USP. Com Nilo Odalia, professor falecido da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Castro organizou *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, lançada pela Editora Unesp, Imprensa Oficial e Arquivo Público do Estado de São Paulo. Essa coletânea em três volumes trata de fatores econômicos, culturais, políticos, sociais e educacionais que influenciaram a consolidação estadual. (*Veja reportagem às págs. 6 a 8 do* **Jornal Unesp**.) **(Oscar D'Ambrosio)**

Divulgação

Jornal Unesp: *Como surgiu essa obra que o senhor organizou com o professor Nilo Odalia?*

João Ricardo de Castro e Caldeira: Todo livro tem uma história. Esta começa quando eu fazia graduação em História na USP. Conheci o professor Odilon Nogueira de Matos, já falecido, que lecionava na PUC de Campinas e dizia sentir falta de uma história do Estado de São Paulo. Em 2000, quando concluí o meu doutorado, também na USP, travei contato com o professor Nilo Odalia num projeto para o centenário de nascimento do Sérgio Buarque de Holanda. A partir daí, nasceu uma amizade que muito me honrou. Passado um tempo, pensamos em um novo projeto. Sugeri organizar a história do Estado de São Paulo e ele aceitou. Fizemos a primeira reunião em 2003, e continuei o projeto após o falecimento do professor Nilo, em 2004. Desde o começo, ele compreendeu que uma obra desse caráter tinha que ser produzida para um público bastante amplo, devido ao seu ineditismo e importância. Por isso, é uma obra coletiva que reúne mais de 40 autores. Trata de economia, política, sociedade e cultura, e os pesquisadores são de diferentes áreas do saber. O objeto, o Estado de São Paulo, exigia isso.

JU: *Qual é o principal objetivo desse trabalho?*

Castro e Caldeira: É buscar as singularidades de São Paulo, entendendo o que dá ao Estado um lugar particular na história do Brasil. Não se trata de cair, porém, numa exaltação. Isso não é necessário, pois São Paulo é efetivamente o principal polo modernizador do Brasil em termos econômicos, sociais e culturais. São Paulo é também diferente por seu caráter integrador. Basta lembrar, ainda no período colonial, das feiras de muares de Sorocaba. Era um ponto de convergência, porque as tropas de mulas vinham do sul do país, encontravam-se ali e iam para diferentes regiões. Com as ferrovias, São Paulo vai integrar o Brasil com o mundo por meio da exportação de café. Se considerarmos que a globalização é um processo que vem desde a era do descobrimento, São Paulo é um dos principais núcleos dessa tendência. O Brasil tem outras metrópoles, mas a única região cosmopolita é o Estado de São Paulo.

JU: *Um assunto recorrente nos volumes é justamente a importância das ferrovias para o Estado de São Paulo...*

> *Esse foi o polo em que o capitalismo efetivamente se implantou no território brasileiro*

Castro e Caldeira: Uma das singularidades de São Paulo é ter sido o polo onde o capitalismo efetivamente se implantou no país. As ferrovias foram fundamentais para isso. No início, eram sobretudo para o transporte de cargas para o porto de Santos, e cidades foram crescendo ao longo delas. A Estação da Luz, por exemplo, era o principal ponto de entrada da cidade no começo do século XX.

JU: *E o papel da imigração para o Estado?*

Castro e Caldeira: A imigração tem, desde a segunda metade do século XIX, um papel decisivo, porque, quando a Europa viveu a primeira crise do capitalismo, por volta de 1870, as pessoas tinham que encontrar uma saída, já que não encontravam trabalho no Velho Continente. Elas contribuem para a pluralidade cultural única no país que existe na região. O mundo realmente se encontra em São Paulo devido à imigração estrangeira, à qual soma-se a imigração nacional e, atualmente, a imigração latino-americana.

(O áudio completo desta entrevista está disponível em <http://aci.reitoria.unesp.br/radio/perfil_literario>, sob o número 942.)

São Paulo e a hist
breves reflexões

TANIA REGINA DE LUCA

A produção historiográfica sobre São Paulo é vastíssima, como demonstra a consulta às bibliotecas, mesmo às não especializadas, ou a pesquisa nos cada vez mais predominantes buscadores da internet. [...]

Do ponto de vista da temporalidade, predominam as obras que se ocupam de São Paulo no pós-1870. [...] Os que se aventuraram a conhecer o vilarejo no início do século XIX destacaram sua atmosfera modorrenta, a presença das janelas de rótulas, por trás das quais se espiava o exterior sem se deixar ver, e a vestimenta das raras senhoras e moças que percorriam as ruas, sempre com suas mantilhas negras. [...]

Foi justamente quando a produção cafeeira ultrapassou os limites do Vale do Paraíba que a então Província despontou no cenário nacional. [...] Muitos têm se dedicado a explicar o crescimento da cidade, o processo de ocupação do espaço, as ferrovias, a chegada dos imigrantes, as primeiras fábricas.

Porém, é curioso notar que quantitativamente escasseia o número de trabalhos para o pós-1950: um leitor interessado na trajetória da cidade encontrará bibliografia bem mais rarefeita em relação aos desafios da reestruturação econômica, da desconcentração industrial e de gestão de uma macrometrópole responsável por mais de 20% do PIB nacional e na qual se tornam mais agudos antigos problemas – exclusão, miséria, violência, trânsito, dilapidação dos recursos naturais, apropriação privada do patrimônio público, interesses imobiliários e comerciais presidindo o destino de bairros e centros vitais. Veja-se, a título de exemplo, os três volumes organizados por Paula Porta para marcar os 450 anos da cidade, trabalho de grande mérito acadêmico, que se estende dos tempos coloniais até 1954, ano do seu IV Centenário, comemorado com pompa e circunstância.

No que tange à espacialidade, é digno de nota o predomínio da cidade de São Paulo, a ponto de não faltarem observações a respeito da necessidade de uma história que eleja o Estado, no seu todo, como objeto de análise e que retire o Interior de uma espécie de sombra ou ofuscamento em relação à capital. Nesse sentido, a recém-lançada *História do Estado de São Paulo*, organizada por Nilo Odalia e João Ricardo de Castro Caldeira, e o ambicioso projeto Terra Paulista, coordenado por Maria Alice Setubal e que já soma vários volumes, além de material didático e uma exposição realizada em 2004, no SESC Pompeia, merecem ser saudados.

Entretanto é preciso não perder de vista que, se é inegável que São Paulo (capital e Estado) constitui uma parte do país, assim como os demais membros da Federação, na historiografia a ideia de história regional paulista não encontra eco. [...] De fato, a partir do final do século XIX, estudar a agricultura, a industrialização, a formação do mercado livre de trabalho, a modernização, a produção cultural ou a política paulista implicaria em estudar o próprio país, numa postura pouco sensível à pluralidade de experiências de uma nação marcada pela diversidade. Para ficar num úni-

toriografia:

co exemplo, tome-se a Semana de Arte Moderna (SP, 1922) e sua institucionalização enquanto marco periodizador e ordenador da cultura brasileira, de tal forma que a percepção do século XX é regida por três momentos: o pré-modernismo, o modernismo e o pós-modernismo.

Discurso sobre São Paulo mostra que elites dirigentes se autoconcebem como a própria nação

O discurso sobre São Paulo parece não caber nos limites da região, o que aponta para a vocação das suas elites e camadas dirigentes para se autoconceberem como a própria nação, numa sobreposição pacientemente urdida a partir do final do século XIX e que se esforçava por evidenciar a estreita vinculação entre a trajetória paulista e a brasileira, como se não fosse possível celebrar uma sem evocar a outra. [...]

Resta avaliar se a historiografia, com suas escolhas temáticas, matrizes interpretativas e abordagens, não se deixou seduzir por essa apreensão, que se desdobra no referido estranhamento diante da ideia de uma história regional paulista.

Tania Regina de Luca é professora da Faculdade de Ciências e Letras da **Unesp**, Câmpus de Assis.

A íntegra deste artigo está disponível no "Debate acadêmico" do *Portal Unesp*, no endereço <http://www.unesp.br//noticia.php?artigo=6286>.

Ensino da leitura na "belle époque" educacional paulista

Maria do Rosário Longo Mortatti

Após a Proclamação da República brasileira, iniciou-se, no Estado de São Paulo, a reforma da instrução pública que se tornou modelar para outros Estados do país. Iniciada em 1890, pelo dr. Antonio Caetano de Campos, essa reforma veio oficializar, institucionalizar e sistematizar um conjunto de aspirações políticas para a educação divulgadas no final do Império brasileiro. Enfeixadas pela filosofia positiva, essas aspirações convergiam para a busca de cientificidade — e não mais o empirismo — na educação das crianças e delineavam a hegemonia dos métodos intuitivos e analíticos para o ensino de todas as matérias escolares. A partir de então, essa "nova bússola" sintonizada com os progressos da "pedagogia moderna" deveria orientar a escola primária e a preparação não apenas teórica mas, sobretudo, prática de um novo professor, o qual deveria deduzir da psicologia da infância e suas bases biopsicofisiológicas os modos de ensinar à criança.

No âmbito dessa reforma, a Escola Normal de São Paulo foi-se configurando como condensação do modelo de sistema de ensino proposto para o Estado de São Paulo, o qual foi sendo disseminado para outros Estados brasileiros, por meio das "missões paulistas". [...]

No que diz respeito ao ensino inicial da leitura na escola primária, as disputas estiveram centradas nas características de dois tipos básicos de método: o sintético, que consiste em se iniciar o ensino da leitura pelas menores unidades linguísticas e era utilizado rotineiramente até então; e o método analítico, que consiste em iniciar esse ensino por meio de historietas ou grupos de sentenças e que fora conhecido na província de São Paulo por meio de educadores americanos. Extrapolando aspectos didático-pedagógicos, a discussão em torno do assunto esteve diretamente vinculada à discussão e à proposição de ações visando a consolidar o novo regime político, em sintonia, portanto, com urgências políticas e sociais da época.

De 1890 a 1920, educadores buscaram definir o "novo" contra o "tradicional", o ensino do Império

Relacionada a essas urgências, a atuação daqueles professores configurou, também, o engendramento de uma atitude definidora do que considerei o segundo momento crucial na história da alfabetização no Brasil: a disputa entre mais modernos e modernos — sobrepondo-se àquela entre modernos e antigos, observável na década de 1880 —, pela hegemonia de tematizações, normatizações e concretizações relativamente ao ensino da leitura. [...]

Em decorrência da hegemonia dessa convicção, nesse momento histórico o método analítico para o ensino da leitura se tornou obrigatório nas escolas paulistas (principalmente nos grupos escolares, criados em 1894 na capital, e que foram sendo criados no Interior do Estado, nas décadas seguintes), por meio: das normatizações por parte dos administradores educacionais, de concretizações em cartilhas de alfabetização, elaboradas por professores-escritores didáticos; e de tematizações das bases teóricas do método, divulgadas por uns e outros.

Essas disputas tenderam a se amenizar com a "Reforma Sampaio Dória", implantada, no Estado de São Paulo, pela Lei 1.750, de 1920, que, dentre outros importantes aspectos, garantia autonomia didática aos professores. Além disso, a partir da década de 1920, problemas e urgências políticas e sociais de outra ordem passaram a ser priorizados, e outros sujeitos começaram a se destacar no cenário educacional, propondo outras formas de intervenção do Estado nas coisas da instrução, assim como outros projetos, centrados em outras bases teóricas, para a educação e o ensino inicial da leitura e da escrita, ou alfabetização.

Entre 1890 e 1920, educação e alfabetização assumiram caráter renovador, nada rotineiro, tendo-se buscado incessante e veementemente definir o "novo" e "moderno" contra o "antigo" e "tradicional" — representado pela situação do ensino no Império —, mas a partir do passado recente. O produto das férteis iniciativas desses educadores paulistas, nesse momento histórico, e as então novas formas de se pensar e se praticar a educação e o ensino inicial da leitura e da escrita, como parte de um projeto republicano para a nação brasileira, consolidaram-se nas décadas posteriores, caracterizando o legado dessa belle époque educacional paulista para a história do país.

Maria do Rosário Longo Mortatti é professora da Faculdade de Filosofia e Ciências da **Unesp**, Câmpus de Marília

A íntegra deste artigo está disponível no "Debate acadêmico" do *Portal Unesp*, no endereço <http://www.unesp.br//noticia.php?artigo=6288>.

Combate contra os botocudos, com a participação de índios civilizados, Jean Baptiste Debret